

TEORIZAÇÃO FEMINISTA SOBRE NAÇÃO E ESTADO

Nina Glick Schiller*
Tradução Elizabeth Ramos**

RESUMO: O objetivo deste artigo é iniciar a tarefa de aproximar a crítica feminista do estado-nação à recente antropologia da migração transnacional. Estamos particularmente interessadas no modo como as categorias de gênero delineiam a relação de migrantes transnacionais com os estados-nação. Depois de explorar os pressupostos teóricos desta pesquisa, explicaremos sua aplicação a partir de um estudo de caso da migração transnacional haitiana para os Estados Unidos. Nossa análise se baseia na voz de 109 homens e mulheres, na sua maioria pobre ou de classe média baixa, que entrevistamos no Haiti em 1996. Também nos fundamentaremos em mais de três décadas de estudos que vimos conduzindo sobre a migração haitiana, incluindo observação participante e entrevistas conduzidas tanto em Nova Iorque, quanto em Port-au-Prince e Aux Cayes no Haiti. Nossa pesquisa, em 1996, teve o objetivo de explorar as relações entre os indivíduos que permaneceram no Haiti e os que fixaram residência no exterior.

PALAVRAS-CHAVES: Crítica feminista contemporânea, Estado-Nação, migrações transnacionais, imigração haitiana.

As teóricas feministas têm-se engajado na observação atenta da teoria e prática do Estado-nação. Esse avanço teórico em muito nos ensinou. Aprendemos que a hierarquia de gênero é uma questão central “no processo de identificação e de reprodução do grupo” (Peterson, 1996, p. 7). As construções de gênero e sexualidade desempenham papel importante na “formação das subjetividades e coletividades étnicas e nacionais” tanto para homens quanto para mulheres (Alanzo, 1994, p. 386; vide também Yuval-Davis, 1993, 1996). Os estudos feministas sobre a formulação, projeção e normalização das

* Department of Anthropology, University of New Hampshire.

** Doutoranda em Linguística Aplicada à Tradução na Universidade Federal da Bahia.

identidades nacionais de gênero demonstram que raça, nação e orientação sexual não são apenas mutuamente constitutivas, como também simultaneamente atualizadas (Rafael, 1995; Lowe, 1996; Murray, 1996). As retóricas nacionalistas quase sempre retratam um núcleo masculino que materializa a nação, e corpos femininos possuídos por ela. Em muitos países e em momentos-chave das lutas nacionalistas, mulheres e homens vêem-se como personificações da nação. Uma vez estabelecidos os Estados-nação, as instituições do Estado criaram um “regime de verdade” por intermédio de homens e mulheres oriundos da sua população dominante, que aprenderam a se ver como parte de uma nação e, portanto, a se identificar com “o seu” Estado (Foucault, 1980, p. 131). Nesse processo de identificação, mulheres e homens aprendem a se basear num conjunto de tropos como sangue, família, descendência e parentesco, que foram amplamente utilizados por nacionalistas para consubstanciar tanto a nação quanto o Estado (Alanzo, 1994; Herzfield, 1992). Estudos de gênero nos ensinam que, em todas as sociedades do Estado, suas instituições e interesses constroem e penetram os domínios públicos ou privados (Joseph, 1997, p. 73). A vida familiar é fiscalizada, disciplinada e penetrada pelo regime político. Portanto, à medida que os indivíduos constituem família, produzem outros indivíduos dotados de gênero, cujas atividades, crenças e identidades, na condição de mulheres e homens, constituem parte e parcela dos modos nos quais a nação se reproduz, reimaginando sua ligação com o Estado. À medida que a família, o lar, a preservação da honra e virtude nacionais são inseridos no domínio da mulher, ao desempenharem trabalhos femininos, as mulheres podem se tornar responsáveis pela ideologia e as imagens que constroem a nação.

A análise feminista do Estado-nação, que acentua a penetração dos projetos de Estado em domínios domésticos, começa a ser aplicada à pesquisa da migração transnacional. Tem-se explorado pouco as formas nas quais homens e mulheres vivenciam os recentes esforços por parte de uma variedade de Estados emigrantes em reconstituir suas políticas como Estados-nação transnacionais. A tarefa é impor-

tante. O nacionalismo à distância vem crescendo em muitas regiões do mundo e torna-se compatível com uma época de integração intensificada e realçada do mundo através de rápidos fluxos de capital, informação, bens, serviços e trabalho. O nacionalismo à distância é uma ideologia de ocupação do lugar apropriado que liga as pessoas que vivem em várias localidades geográficas e motiva ou justifica suas ações em relação a um território ancestral e seu governo (Glick Schiller, 1999; Glick Schiller e Fouron, no prelo).¹

O PARADIGMA DA MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL

Durante os mesmos anos nos quais as estudiosas feministas desenvolveram uma crítica de nação-Estado, um outro grupo de estudiosas desafiou as noções convencionais de imigrantes e de sua incorporação em Estados-nações. Essas pesquisadoras concluíram que um conjunto significativo e crescente de imigrantes constituía os “transmigrantes”, isto é, gente que vive suas vidas em dois ou mais países simultaneamente (Glick Schiller, Basch e Szanton Blanc, 1992; Kearney, 1991; Rouse 1991, 1992).² Líderes políticos dos países de origem

¹ Com a significativa exceção da menção sugestiva de Anderson ao nacionalismo à distância, e dos comentários provocadores de Appadurai sobre o tópico, a importância dessa forma de conexão política transnacional continua a ser ignorada (Anderson, 1992, Appadurai, 1993). Ao oferecer essa definição, distinguimos o nacionalismo à distância da consciência diaspórica, conforme descrita por Paul Gilroy. A consciência diaspórica não enfoca projetos de construção de um Estado-nação em particular. Excluímos também a utilização de cidadania encontrada na descrição de Aiwa Ong a respeito dos chineses no exterior, que podem obter cidadania em muitos Estados, sem se identificarem com nenhum deles (1999).

² Essa perspectiva transnacional representou uma ruptura radical com o meio século de estudos sobre imigração. Os estudos foram parte de projetos de construção de Estados-nação que recebiam os imigrantes. Líderes políticos e legisladores desses estados buscavam a completa assimilação de imigrantes ou uma forma de pluralismo que incorporasse os imigrantes em seus novos lares. Ao refletirem sobre essa linha política, as pesquisadoras iniciaram seus estudos sobre incorporação de imigrantes dentro da premissa de que o mundo era dividido em Estados-nação e de que cada indivíduo poderia pertencer a apenas um estado. Conseqüentemente, os imigrantes eram descritos como desenraizados de seus antigos países e candidatos à incorporação em um novo país (Handlin, 1973). Esse pensamento político prevaleceu pelo menos a partir da II Guerra Mundial. Antes dessa época, muitos líderes políticos assumiam que os imigrantes mantinham tanto laços de família, quanto de lealdade política em relação a seus países, mesmo que tivessem se tornado cidadãos de um novo país

deses imigrantes passaram a revisar seus conceitos e associá-los a Estados-nação, de forma a incluir, nas populações nacionais, indivíduos que se fixaram permanentemente em outro lugar.

Os transmigrantes mantêm vínculos com o país de origem, mesmo tendo imigrado em um novo país e tendo se incorporado a uma nova sociedade. Vivem suas vidas além das fronteiras. Nos Estados Unidos, os transmigrantes, via de regra, aprendem inglês, trabalham, pagam impostos e previdência social, abrem contas em bancos, têm, criam e educam seus filhos. Ao mesmo tempo, permanecem, de alguma forma, parte de sua terra ancestral. Podem investir no país natal, enviando dinheiro e presentes para a família, comprando propriedades, construindo casas, participando de festivais, passando a vida refletindo sobre o lugar a que pertencem.

Com o desenvolvimento dos estudos sobre migração transnacional, tornou-se visível que, embora a perspectiva transnacional sobre migração seja nova, esse tipo de deslocamento data do século XIX. Grupos significativos de imigrantes nas Américas, oriundos da Europa, Ásia e do Oriente Médio, já nos idos de 1880, também viviam sua vida além das fronteiras. No entanto, o paradigma de assimilação impedia os historiadores de levar em consideração o significado desses vínculos (Morawska, 1987, 1989, 1997, Wyman, 1991, Yanagisako e Delaney, 1995). Em parte no passado e certamente no presente, regiões de países mais extensos e pequenos países inteiros dependem de remessas feitas por grupos de suas populações que migraram, mas preservam seus vínculos com o país natal.³

e nele fossem politicamente ativos. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, alguns aspectos da política externa dos Estados Unidos em relação à Guerra Fria foram construídos sobre tal premissa (Cinel, 1982; DeConde, 1992; Wyman, 1993).

³ Em países como o Haiti e a República Dominicana, o dinheiro enviado pelos imigrantes excede o volume das exportações ou de ajuda externa. As pesquisas conduzidas em Nova Iorque e em Miami, em meados dos anos 80, indicaram que noventa por cento dos imigrantes haitianos enviavam dinheiro para o Haiti (Stepick, 1998, p. 29-30). Os imigrantes relataram que enviavam, em média, US\$100 em espécie mensalmente para o Haiti, além de outros bens. A maior parte das observadoras acredita que, na maioria dos anos, o dinheiro enviado pelos haitianos para o Haiti “excede o que o país arrecada com o comércio exterior” (Ridgeway, 1994, p. 60). Num país em que o PIB per capita foi de US\$250 por ano em 1995, os

Num primeiro momento da pesquisa sobre os migrantes transnacionais, as pesquisadoras focalizaram o deslocamento do paradigma para os estudos de migração, ao invés de explorarem os modos pelos quais essas migrações foram engendradas (Mahler, 1999). As experiências tanto de migrantes homens, quanto de mulheres e suas relações com as famílias, localidades, grupos étnicos e estados que deixaram para trás foi descrita, mas as formas de hierarquia não foram exploradas. O que se torna claro é que mulheres e homens participam das redes transnacionais e, de forma análoga, permanecem em campos sociais que incluem as relações de desigualdade de classe de produção e práticas hierárquicas e ideológicas de gênero.⁴ A partir da decisão de migrar, através do estabelecimento de redes transnacionais, até a decisão de voltar ou não a viver, morrer ou ser enterrado no país de origem, os migrantes transnacionais permanecem inseridos nos “mercados de trabalho [que] utilizam o gênero para segmentar tanto a força de trabalho”, como “o parentesco patriarcal e as ideologias de gênero” (Pessar, 1998, p. 9). Com relação à migração, consumo e emprego, assim como migração de volta, Pessar (1998, p. 10) chamou atenção para uma “economia político-familiar” que molda a decisão das mulheres que dela participam.

vínculos transnacionais que os imigrantes haitianos mantêm, constituem o alicerce de sua economia. Em 1996, os dominicanos nos Estados Unidos enviaram 1,138 bilhões de dólares para a República Dominicana e cerca de um terço da população depende dessas remessas para sobreviver (Duane, 1998). A estória se repete em um grande número de países que incluem as Filipinas, o México, o Brasil, a Colômbia e a China.

⁴ Um campo social pode ser definido como um terreno desvinculado de redes egocêntricas integradas. É um termo mais abrangente do que o de rede, que se aplica melhor às cadeias de relação social específicas a cada indivíduo (Barnes, 1954, Mitchell, 1969, Noble, 1973). O conceito de “campo social transnacional” nos permite um ponto de acesso conceitual e metodológico na investigação de processos sociais, econômicos e políticos mais amplos, através dos quais populações migrantes estão inseridas em mais de uma sociedade, às quais reagem (Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc, 1994). Dado o fato de que enfoca a interação humana e as situações de relações sociais pessoais, o conceito de campo social facilita uma análise dos processos através dos quais os imigrantes continuam a ser parte da estrutura da rotina de seu estado de origem, inclusive dos processos políticos, ao tempo em que simultaneamente participam do país onde se estabeleceram. Os pesquisadores de migrações européias passadas, como Marawska, descrevem “um sistema transnacional ampliado de controle social e administração a longa distância dos negócios familiares e públicos” (1989, p. 62).

Os Estados que enviam migrantes, aí incluídos República Dominicana, El Salvador e México, estão constantemente reivindicando os transmigrantes e suas redes como parte de novas formas dos projetos de construção do Estado-nação. Alguns Estados de onde partem migrantes como o México, Colômbia, República Dominicana, Portugal e Brasil recentemente modificaram suas leis no sentido de assegurarem que os transmigrantes continuem incorporados à terra natal (Feldman-Bianco, 1992, 1994, 2000, Grahm, 1997, Guarnizo, 1997a, 1997b, Mahler, 1998, Smith, 1997, 1998).⁵ Em 1991, o Presidente Aristide definiu os haitianos que vivem no exterior como o 10^o. Departamento, acrescentando aos nove departamentos territoriais uma extensão do Haiti no espaço transnacional. Ele também estabeleceu um Ministério de Haitianos no Exterior, que permaneceu parte do governo haitiano (Fouren e Glick Schiller, 1997, Glick Schiller e Fouren, 1998). Tanto os setores das lideranças políticas dos países de envio de migrantes, quanto as organizações no exterior contribuíram para a reconstituição da teoria do estado-nação. Reavivaram-se, então, as equações do século XIX de raça e nação, que vêem a nação como algo enraizado nos vínculos de sangue, e não no território nacional (Glick Schiller, 1999b). De acordo com essa teoria reconstituída da nação, o governo deve estar baseado no local histórico de nascimento de uma nação, mas seu povo não é definido pela co-residência no território nacional, mas por compartilhar história e descendência comuns. Essa visão de nação serve de base e é alimentada, a um só tempo, pelo nacionalismo a longa distância. No entanto, estamos apenas começando a compreender os modos e os níveis através dos quais as

⁵ Líderes políticos e oficiais do país podem eles próprios ser transmigrantes, tendo construído sua carreira política vivendo e participando em ambas as sociedades, e voltando para casa para serem eleitos ou designados para um cargo. Enquanto isso, os transmigrantes constituem *lobbies* políticos importantes, fazendo uso de sua cidadania americana para apoiarem as decisões dos Estados Unidos em favor do seu país natal. Alguns governos garantem nacionalidade dupla, de forma que emigrantes podem portar dois passaportes; outros estendem o direito de voto a emigrantes que se tornaram cidadãos americanos.

experiências transnacionais de mulheres e homens pobres estão ligadas a projetos de líderes políticos (Guarnizo e Smith, 1998).

Passamos agora a unir a crítica feminista da construção de nação-estados à ciência da migração transnacional, para examinar o papel das construções do gênero na sustentação do estado-nação transnacional e na promoção do nacionalismo a longa distância. Cabe indagar se esses projetos políticos constroem a unidade entre classes, sustentando as divisões e desigualdades de gênero, ou se contribuem para movimentos internacionais que desafiam todas as formas de opressão. Neste pequeno artigo, iniciaremos a discussão a partir de alguns aspectos da experiência haitiana de migração transnacional e de construção do Estado-nação transnacional, e sugerir direções para aprofundamento do estudo.

A POLÍTICA DE GÊNERO NO HAITI

A narrativa nacional haitiana se parece com a de muitos outros estados na forma como retrata a importância das mulheres na reprodução da nação, embora subordinadas ao poder masculino. Estórias sobre o estabelecimento da nação ecoam e reforçam essa visão, através da lenda de uma mulher que presenciou o nascimento da nação na qualidade de esposa e mãe, não de líder ou guerreira. De acordo com uma estória bastante conhecida, foi Claire Heureuse, mulher de Desalines, líder revolucionário que proclamou a independência do Haiti em 1804, que costurou a primeira bandeira haitiana. A reprodução dessa estória de geração a geração, ensinou a homens e mulheres as relações domésticas destas com a nação. Georges ouviu a estória de Claire Heureuse quando estava na escola, uma escola pública para meninas na sua cidade natal, também chamada Claire.⁶

⁶ Na maior parte da história haitiana, as mulheres são retratadas como uma presença vital, embora silenciosa, até mesmo nas estórias contadas pelas próprias mulheres. Por exemplo, Ezili Dantô, um espírito de vudu, é conhecida como uma mãe feroz, protetora dos filhos, embora facilmente se enraiveça e castigue. Mas, na maioria das estórias, ela não fala. Em

Embora os haitianos se tenham tornado independentes como resultado de uma revolta de escravos contra o colonialismo francês, o Haiti continuou dominado por uma elite francesa, que impôs as idéias patriarcais européias do século XVIII no que se refere à família e ao código civil, e que deram controle aos homens sobre a vida familiar, riqueza e propriedade.⁷ Na maior parte da história haitiana, o pai era de fato e de direito o chefe da família. As mulheres adquiriram o direito ao voto apenas em 1950 (Charles, 1995). Legalmente, as mulheres foram declaradas incapazes até 1979, e foi apenas em 1987 que as casadas adquiriram o direito de possuir propriedade. No entanto, a exclusão dos direitos formais não significava que as mulheres haitianas eram excluídas como membros da nação. Desde os primórdios da sua história, as leis de cidadania do Haiti refletem a idéia de que as mulheres são parte de uma nação, mas que sua parcela de contribuição é a de ajudar a produzir cidadãos para a nação. A cidadania haitiana é dada a qualquer indivíduo que tenha nascido de mãe ou de pai haitiano. Entretanto, até bem pouco tempo, se uma mulher se casasse com um estrangeiro, perdia sua cidadania e seus filhos não eram, portanto, haitianos. Em resumo, as mulheres eram vistas como capazes de reproduzirem uma nação apenas em conjunto com os homens haitianos. Não tinham qualquer relação independente com a nação, embora estivessem intimamente vinculadas ao seu papel maternal numa família haitiana.

O ano de 1950 marcou a virada na forma como a mulher haitiana era retratada pela retórica nacionalista e as formas nas quais as mulheres de todas as classes vivenciaram sua relação com a nação (Charles, 1995). Logo depois que as mulheres obtiveram o direito de

uma das versões, Ezili Dantô assistiu à Revolução Haitiana que estabeleceu a nação, mas nessa guerra, quando iria falar e contar alguma coisa, teve sua língua cortada, pois não queriam que ela falasse (Brown, 1991, p. 229).

⁷ Embora as Constituições Haitianas não façam qualquer referência à mulher como incapaz para votar ou possuir propriedade, as leis e as práticas vigentes restringem os direitos das mulheres.

voto em 1950, descobriram que lhes estava sendo designada uma posição nova no imaginário da nação. François Duvalier retratava as mulheres não apenas como mães da nação, mas também como importantes protagonistas políticas. Duvalier desenvolveu uma divisão feminina do Tonton Macoute, sua unidade paramilitar.⁸ Deu o nome de Marie-Jeanne a esta unidade, em homenagem a uma escrava que participou diretamente da revolução haitiana, e a quem Duvalier conferia o título de “filha da revolução”. Através dessa estratégia discursiva, a visão das mulheres como protagonistas políticas tornou-se uma parte essencial dos relatos de gênero da nação que se estabelecia.

Durante o regime de Duvalier, as mulheres ou eram forçadas a participar diretamente nas atividades que apoiavam a ditadura, ou eram declaradas inimigas da nação (Charles, 1995). As mulheres se encontravam subordinadas a um processo político. Aquelas que não fossem leais à causa duvalierista eram definidas como subversivas, antipatrióticas e desnaturadas (Charles, 1995, p. 5). As mulheres que eram “inimigas da nação” se defrontavam com uma repressão política brutal: eram presas, torturadas, violentadas e assassinadas. Um número crescente de mulheres e homens haitianos respondeu ao terror político e ao caos econômico que acompanharam o regime de Duvalier, emigrando, embora mantendo os vínculos com a terra natal. Assim procedendo, estabeleceram novas formas de ligar gênero e nação.

A partir de 1957, quando Duvalier tomou o poder, um número estimado de um milhão de pessoas, num universo populacional de cerca de sete milhões, fugiu do Haiti. A maioria se fixou nos Estados Unidos, e um pequeno grupo, embora com muita voz, se estabeleceu no Canadá. Homens e mulheres partiram em aproximadamente igual número. Muitos emigrantes haitianos tornaram-se transmigrantes, estabelecendo-se na nova terra, mas mantendo laços com o novo lar. Os emigrantes advinham de diferentes classes, embora tivessem tido

⁸ Aparentou também uma mulher para liderar a unidade paramilitar inteira.

mais educação e recursos do que a maioria do povo haitiano. Em geral são necessários recursos significativos para se conseguir migrar para os Estados Unidos. De toda sorte, qualquer que fosse sua classe de origem, as mulheres haitianas encontraram mais oportunidades de emprego estável e de manterem a si próprias e a suas famílias nos Estados Unidos do que no Haiti, não apenas devido a um maior acesso à educação e ao trabalho, como também porque se defrontavam com menos limitações e hierarquia de gênero do que no sistema social haitiano. No entanto, dependendo de seus antecedentes de classe e do histórico familiar individual, as mulheres haitianas desenvolveram relações bastante diferentes com o Haiti e com os Estados Unidos.

A mãe de Georges estava entre as muitas haitianas que achavam que haviam encontrado uma vida nova ao emigrarem para os Estados Unidos. Iniciamos nosso exame dos modos através dos quais a auto-percepção das mulheres haitianas está ligada à sua identificação com o Haiti, através das lembranças que George tem da mãe.

Só quando a trouxe para Nova Iorque, pude entendê-la. E foi depois de sua morte que comecei a escrever sobre o Haiti, que comecei a sentir sua dor... Entendi primeiro alguma coisa a seu respeito, a partir de suas reações em relação aos Estados Unidos. Ela se transformou totalmente em Nova Iorque... Eu não a amava, porque quando era criança e precisava dela, tudo que me dava era sua raiva. Mas eu a trouxe para Nova Iorque e ela se estabeleceu, primeiro aqui comigo, e depois com meu irmão. Aprendeu a andar pela cidade, encontrou emprego como enfermeira doméstica e ganhava seu próprio dinheiro. Um dia ela se sentou e conversou comigo. “Este aqui agora é o meu país”, me disse. “Nunca mais volto ao Haiti”. E, enquanto falava, era como se eu a visse gritando comigo, quando pequeno no Haiti. E toda vez que passava por mim, me batia... Agora sei que não era porque fosse uma má pessoa. A sua condição social, sua condição de mulher fazia com que ela agisse assim.

A princípio, ao decidir permanecer nos Estados Unidos, Ananie devia parecer uma mulher que não compartilhava as concepções nacionalistas, ou que rejeitava o nacionalismo haitiano. Mas chegar a essa conclusão significaria fazer uma leitura errônea da experiência de

vida de Ananie e de seu repúdio pelo Haiti. A partir de sua estória, pode-se, na realidade, chegar à maneira como a questão de gênero é vivida e constitui o Haiti como nação, e como essas construções de gênero se estendem transnacionalmente. A decisão de Ananie em ficar nos Estados Unidos era uma resposta à leitura da nação haitiana que funde em um só discurso definições da elite sobre a família e gênero, e uma identificação com a nação.

A elite haitiana, no passado e até mesmo nos dias de hoje, justifica a posição de sua classe em termos de sua capacidade de falar francês e de acatar as normas e valores da família, que tem origem francesa, e não africana, sendo, portanto, branca e civilizada. Através do controle do sistema de educação, os haitianos de todas as classes acreditam que o Haiti provou seu valor como nação negra, devido ao alto grau de influência da civilização francesa. Pessoas de família, que buscavam mobilidade social, provavam sua alta posição e demonstravam que eram verdadeiros cidadãos, ao aceitarem os valores da elite. Os pontos-chaves desses valores residiam na família patriarcal, onde o pai é o provedor econômico e a mãe dona de casa. O azedume da mãe de George em relação ao Haiti e o comportamento abusivo em relação aos filhos refletia, como ele disse, sua posição de classe. Com isso queria dizer que a capacidade de fazer uso de seus talentos e ganhar seu próprio dinheiro eram restritos no Haiti, porque o pai e a mãe de George buscavam solidificar sua própria posição de classe dentro de casa.

O pai de George era professor. No Haiti, um professor tem prestígio, mas salário baixo. Ananie havia trabalhado como atendente numa farmácia antes do casamento, mas o casal perderia sua posição social na cidade caso ela continuasse a trabalhar depois de casada. Ela começou a fazer bordados para fora, tentando fazer algum dinheiro além daquilo que o marido ganhava. Ao mesmo tempo em que Ananie se orgulhava de seu trabalho, recebendo revistas de Paris com modelos elaborados, a casa parecia confinar sua energia, seu talento e

sua beleza, e, se não havia dinheiro suficiente nem mesmo para comida, muito menos era possível manter a casa de forma adequada. Além disso, as responsabilidades do marido se estendiam a outras casas. Com sua mãe viviam dois filhos, frutos de uma relação anterior. Arthur também não interrompera as relações com outras mulheres pelo fato de ser casado.

Na qualidade de esposa legal de um professor, a situação de Ananie diferia da das demais mulheres de Arthur, que eram da cidade, pariam filhos, mas não se casavam. Ela tampouco tinha a mesma mobilidade física e a renda das mulheres casadas da zona rural. Estas se casavam com agricultores e aquelas sem marido, e que vivem na cidade, sempre tiveram mais autonomia e responsabilidade do que as mulheres casadas da classe média burguesa. São em geral independentes, vendem produtos no mercado e administram o dinheiro.

Por outro lado, as mulheres de classe média casadas eram, até recentemente, confinadas às atividades do lar, como resultado das formas através das quais a sexualidade feminina é usada para definir e marcar as diferenças de gênero no Haiti. Todas as mulheres são vistas como sexualmente acessíveis, se estiverem sozinhas. Mulheres pobres se movimentam livremente e controlam sua sexualidade, dentro de um contexto social no qual são responsáveis por criarem seus filhos. Os homens têm mais de uma mulher e uma família, e o *status* do homem é medido pelo número de filhos machos. Ao contrário de muitas culturas onde os homens vêem mulheres sozinhas como um convite ao estupro, os homens no Haiti vêem as mulheres desacompanhadas como disponíveis e capazes de comercializar sua sexualidade em troca de outras coisas de que necessitam. Os homens podem consultar, mas quase sempre fazem ofertas irrecusáveis para as mulheres.

Tanto mulheres quanto homens nos relataram que elas são pressionadas a intercambiar sexo por empregos burocráticos, bens a serem trocados no mercado, ou favores por parte de oficiais haitianos.

Das quarenta e duas mulheres e homens que entrevistamos, setenta e um por cento admitiram que convites para sexo eram comumente feitos a mulheres que procuravam emprego. Mulheres e homens pobres percebem a complexidade dessa prática. Por um lado, ao intercambiarem sexo por bens, as mulheres diminuem seu padrão social e reforçam os valores da elite, que vê, na virtude da mulher, uma medida de preservação social da família. Por outro lado, como as mulheres pobres podem trocar sexo por trabalho, os contatos necessários para obtenção de bens para venderem no mercado, educação, ou outros bens e serviços, lhes permitem maiores chances de sobreviverem do que têm os homens pobres.

A relutância de Arthur em ter Ananie trabalhando fora de casa no Haiti era baseada, então, não apenas em um compromisso para com o *status* que adquiriu ao domesticar sua esposa, mas era também uma resposta à diferenciação e disciplina contínuas de mulheres como resultado da solicitação de seus corpos. E quando Ananie declarava que não desejava voltar para o Haiti, depois que se fixou em Nova Iorque, sua resposta se fundamentava no fato de que as mulheres da sua geração tinham poucas formas de manterem a família ou a si próprias trabalhando fora de casa.⁹ Do exterior, Ananie podia participar do sistema haitiano de status e classe, mas não mais incorporá-lo. As mulheres que emigram e preservam as redes transnacionais não abandonam a hierarquia de *status* que constitui o gênero, família e nação; ao invés disso, vêm-se na posição de alçar maior *status* na e para a família. Num processo contraditório, que deve ser entendido como

⁹ As mulheres haitianas, que vivem nos Estados Unidos, podem ou não se tornarem mais indignadas com relação às imposições sexuais feitas sobre as mulheres no Haiti. Por um lado, encontram nos Estados Unidos uma moralidade pública com padrões sexuais menos rígidos, onde se discute sexo desde o local de trabalho até a Casa Branca. Por outro lado, aprendem a rotular essas imposições como assédio ou abuso sexual. Entretanto, sua avaliação acerca dessas imposições é que somente as mulheres que podem ficar sem emprego ou têm contatos suficientes para conseguir trabalho através da força de sua rede de contatos, podem voltar e recusar essas ofertas. Isso pode levar até mesmo as mulheres de classe média a aceitar essa situação e o silêncio que a envolve, quando retornam ao Haiti. Ou pode fazê-las ter menos vontade de voltar do que os homens.

parte e parcela da construção transnacional do gênero, ao migrar, as mulheres se libertam individualmente das limitações em torno do gênero, que o sistema de *status* impõe sobre suas atividades pessoais, mas depois transferem o que acumulam materialmente para suprir as obrigações e adquirir *status* social no país de origem. Assim procedendo, essas mulheres contribuem com os valores que sustentam as hierarquias de gênero e classe no Haiti. E essas hierarquias podem manter uma visão da nação baseada no poder masculino. A capacidade de empregar os recursos obtidos nos Estados Unidos, para atender às obrigações familiares no Haiti e angariar o *status* de doadora de presentes, é uma motivação importante para que sejam mantidos os campos sociais transnacionais, dos quais mulheres e homens participam.¹⁰ Se as mulheres relutam em retornar ao Haiti como residentes permanentes, isso em si não configura um marco de sua rejeição pelo Haiti ou pelo nacionalismo haitiano. Os transmigrantes podem fixar-se no exterior e de lá manter ou desenvolver um nacionalismo apaixonado a longa distância. Esse sentimento os permite continuar a se definirem como parte do Haiti, como é o caso de muitas haitianas.

Mulheres como Ananie podem escolher sua identidade política, quando os parentes conseguem preservar o *status* assegurado por uma boa educação e recursos financeiros. Até mesmo Ananie, que preferiu os Estados Unidos ao Haiti, o fez ao equiparar o eu e a nação. Por outro lado, mulheres cuja posição é menos segura nos Estados Unidos sentem-se ainda mais estimuladas para investirem no *status* social da família no Haiti. Se continuam a ser a única ou a principal fonte de renda para os que lá permanecem, podem sentir que não têm outra

¹⁰ No Haiti, mulheres e homens têm responsabilidade sobre seus laços de parentesco, embora, ao migrarem, as mulheres casadas sejam as que, na realidade, desempenham a tarefa de comprar e remeter os presentes para os parentes do marido. Era a mulher de George, Maud, que fazia compras e mandava os presentes para o cunhado e a cunhada no Haiti. Além disso, mulheres e homens são os primeiros responsáveis por proverem as necessidades dos filhos. Uma vez que as mulheres vêm para os Estados Unidos em número igual ao de homens, elas não raro cuidam da alimentação dos filhos à distância, mantendo uma casa no Haiti, na qual sustentam os filhos e outros parentes.

escolha. Essa é, com certeza, a situação de Yvette, parente de Georges, que mora com o casal e sustenta um grande e crescente número de familiares, antigos amigos e vizinhos no Haiti. Yvette derrama-se de amores e obrigações pelos irmãos, sobrinhas, sobrinhos que mal conhece. Algumas das razões que a fazem investir em suas relações sociais no Haiti estão associadas à insegurança econômica com que se defronta, na qualidade de trabalhadora negra, sem qualificação, nos Estados Unidos.

Yvette teme o desemprego. Se sua posição, como encarregada de distribuição de correspondência, for, de alguma forma, eliminada da empresa, ela acredita que dificilmente encontrará outro emprego decente. Ao manter vínculos com o Haiti e ao investir nos negócios e propriedades da família, está assegurando sua segurança futura e um lugar onde possa se aposentar com dignidade e respeito, dois valores centrais na vida social haitiana. Para manter seu nicho no Haiti, Yvette precisa manter suas obrigações para com a família. As obrigações, muitas vezes, estão acima das relações familiares que deixou para trás e a carga é onerosa. Em 1996, por exemplo, pediram que Yvette levantasse dinheiro para pagar o aluguel de carros, banda, flores importadas para um funeral luxuoso de um sobrinho no Haiti, que só havia visto uma vez, e era filho de uma irmã que mal conhecia. No ano anterior, com seu salário em Nova Iorque, Yvette enterrou uma sobrinha, cuja educação e casamento também havia financiado. Mas as emoções resultantes do cuidado são também parte da relação que Yvette tem com o Haiti. Ela tem sobrinhas com as quais se identifica muito. O fato de terem se formado foi consequência de seu esforço e, para ela, a impossibilidade de conseguirem emprego no Haiti não significa apenas a continuidade do ônus financeiro, mas um fracasso seu.

A relação de Yvette com o Haiti é diferente daquela de Ananie, em parte devido às diferenças na trajetória de vida entre as duas. Yvette é filha de uma família numerosa, e desde cedo sustentava os pais e os familiares. Nasceu em TiBouk, uma aldeia a meia hora de

Aux Cayes. O pai, um agricultor, vivia com a família em sua própria terra, mas, como não tinha futuro nesse pequeno pedaço de chão, distribuiu os filhos entre parentes distantes, que poderiam lhes dar uma vida melhor. Apesar de ter vivido a maior parte da vida longe de TiBouk e dos pais, Yvette não perdeu contato com a família. Qualquer coisa que ganhasse era compartilhada com os pais. Assim, apesar da pouca escolaridade, desde jovem era considerada um sucesso, quando comparada aos irmãos. Afinal, era funcionária de uma empresa privada, com salário baixo, mas fixo.

Pelos padrões americanos, Yvette agora na casa dos cinquenta anos, é uma trabalhadora de baixa renda. Embora tenha conseguido emigrar para os Estados Unidos, é apenas uma funcionária encarregada de distribuição de correspondência, com pouca escolaridade. Ainda assim, a vinda para um outro país como imigrante fez de Yvette uma pessoa rica e poderosa aos olhos da família, da qual tornou-se a cabeça, por estar em melhor situação. Não se esperava dela o sacrifício pelo fato de ser mulher. Durante muitos anos, Georges havia sido arrimo da família. No entanto, as imigrantes haitianas, via de regra, remetem pelo menos tanto dinheiro e com mais assiduidade do que os homens, mesmo que, nos Estados Unidos, seu salário médio seja mais baixo (Dewind, 1987). Isso se dá porque se espera que as mulheres sustentem os filhos, ou, quando não têm filhos, como é o caso de Yvette, assumam a responsabilidade pelos sobrinhos. Uma vez que muitas mulheres migram e deixam os filhos no Haiti, elas constituem um grupo significativo de imigrantes, semeando os campos sociais transnacionais e ceifando os benefícios e encargos que o trabalho produz.

Tendo investido na rede de parentes, Yvette permanece comprometida com o Haiti, vinculada tanto à família, quanto à nação. O fato tornou-se claro quando Seendy, filha de George, formou-se em direito em Washington D.C. Yvette assistiu à cerimônia em companhia de dezenove parentes e amigos, alguns dos quais haviam viajado

de avião do Haiti e do Canadá. Quando Seendy recebeu o diploma, Yvette, que em geral é muito contida e um pouco tímida em companhia de estranhos, pulou e gritou “Haiti! Haiti!”, surpreendendo até mesmo a si própria. A vitória em obter um diploma de advogada em uma universidade de prestígio nos Estados Unidos é também uma vitória de Yvette e do Haiti, que passa então a existir em qualquer lugar onde existam haitianos.

A NAÇÃO HAITIANA TRANSNACIONAL COMO PRODUTO DA VIDA DIÁRIA

A capacidade de mulheres e homens de se identificarem com a nação tem origens múltiplas nas atividades cotidianas da vida dessas mulheres: família, religião, atividades econômicas e filantrópicas. É atualmente conduzida e se sobrepõe dentro dos espaços transnacionais, fazendo com que as obrigações de parentesco se misturem com o entendimento que as mulheres têm de nação. Embora alguns sistemas de parentesco delimitem o grupo familiar, separando-o dos demais, o parentesco haitiano é vivido como uma rede bilateral, capaz de alcançar lugares distantes, incluindo qualquer pessoa com quem se possa estabelecer alguma forma de vínculo consangüíneo.

Em uma situação de escassez econômica e taxa de desemprego superior a sessenta por cento, os indivíduos sobrevivem apenas através da redistribuição de recursos dentro das redes de parentesco. Não prestar assistência a um parente é considerado anormal, e esse tipo de obrigação vai além das fronteiras, recaindo sobre mulheres e homens. Myriel Buteau, uma advogada de cinquenta e dois anos, que saiu do Haiti por razões políticas e havia voltado ao país recentemente, disse-nos que: “No caso de alguém que deixa o Haiti e não ajuda a família que fica para trás, eu recomendaria um médico... Pode-se dizer que com certeza essa pessoa não é normal. Precisa de um *check-up*.”

Embora haja muitas situações nas quais os transmigrantes não conseguem dar conta das obrigações de família e rompem os vínculos de parentesco, a pesquisa sobre remessas em dinheiro indica que um grande número de haitianos que emigram enviam dinheiro para o Haiti. No entanto, parece que as mulheres enviam mais, já que as haitianas têm responsabilidades básicas sobre os filhos (De Wind, 1987). Mas, quando conversamos com as mulheres sobre a luta em sustentar a família, rapidamente mudavam de assunto e começavam a falar sobre o povo haitiano.

Rita consegue sobreviver por conta própria e sustentar os filhos cozinhando e vendendo lanches, já que não tem escolaridade.

As coisas pioraram. Entra dia, sai dia e não se consegue dar de comer a uma família com cinco dólares. Você tem dez dólares e não consegue comer com esse dinheiro. Põe os filhos na escola sem dar nada de comer para eles. Não consegue fazer nada pelas crianças. Se o governo tivesse coração, veria como o povo está sofrendo. O povo haitiano tem muitos problemas.

No Haiti, tanto as mulheres quanto os homens, pessoas de diferentes posições, fazem uso de metáforas relacionadas à família para explicarem a unidade do povo haitiano. A fusão é uma forma de política, mas uma política baseada em uma ligação natural e inquebrantável que os membros de uma família compartilham não apenas entre si, mas entre todos os haitianos. A ideologia da descendência não se limita à família. Todos, na nação do Haiti, estão ligados por vínculos de sangue – não importando onde vivam. Ouvimos repetidas vezes nas entrevistas: “*Sen se sen natif natal se ayisyen yo ye.*” (Sangue, é o sangue nativo que lhe faz um verdadeiro haitiano). Essa unidade se estende transnacionalmente para incluir os descendentes de haitianos, onde quer que vivam. Numa amostragem distribuída igualmente entre indivíduos sustentados pela família no exterior, ou não, e pessoas que haviam retornado a viver no Haiti, quase todos os entrevistados (94%) acreditavam que os haitianos continuavam, de alguma forma, haitianos, mesmo quando se naturalizavam cidadãos de outro país. Na

visão dessas pessoas, não se pode deixar de ser haitiano. Não houve diferenças significativas de opiniões referentes a gênero.

Os haitianos que nasceram ou cresceram nos Estados Unidos tendem a fazer mais referências a ancestrais comuns, cultura ancestral e ao contexto de raça nos Estados Unidos, do que ao sangue para explicar seu vínculo permanente com o Haiti. No entanto, consideram o Haiti como seu. Tanto os haitianos, quanto as haitianas que vivem em lugares como a área metropolitana de Nova Iorque, onde as políticas culturais são tradicionalmente de discussões locais sobre poder, acham que se confrontam com situações em que têm de afirmar sua identidade. Nossa pesquisa rastreou as formas que estimularam os imigrantes haitianos a se identificarem como haitianos e se diferenciarem das demais populações negras nos Estados Unidos (Glick Schiller, 1975, 1977, Glick Schiller *et al.*, 1992), durante um período de trinta anos, através de inúmeras instituições baseadas nos Estados Unidos, originadas de programas anti-pobreza e que se estenderam para igrejas católicas e protestantes. Recentemente, os líderes políticos haitianos, que desejam promover a imagem do Haiti como Estado-nação transnacional, começaram a recomendar que os emigrantes se naturalizassem cidadãos americanos e constituíssem um *lobby* haitiano nos Estados Unidos. Tornar-se cidadão americano é tido como um ato de nacionalismo a longa distância. As palavras de líderes políticos haitianos e das várias instituições baseadas nos Estados Unidos, que refletem as experiências raciais que os imigrantes haitianos de todas as classes têm nos Estados Unidos, inserem a mensagem de que os imigrantes haitianos serão sempre haitianos. Segundo eles, a capacidade de se sentirem em casa no novo país é limitada pelo fato de, ao se apresentarem como americanos, passarem a ser qualificados pela palavra negro ou africano, quando, no Haiti, a palavra *neg* – negro se aplica a todos os seres humanos.

Ao mesmo tempo, aqueles que se fixam em áreas com altas concentrações de haitianos, como Nova Iorque e sul da Flórida, en-

contram referências ao Haiti por toda parte. Trabalhando em casa, Yvette escuta estações de rádio haitianas, que a mantêm em contato com as notícias do país. Escuta os anunciantes definirem sua audiência como parte da “diáspora” haitiana, uma parte ou parcela de um Haiti transnacional. Muitas igrejas haitianas são hoje transnacionais. Igrejas protestantes americanas atuam como pontes espirituais, explicando sua missão de zelar pelo bem estar espiritual daqueles que ainda se encontram no Haiti. Muitas mulheres, ao participarem da igreja, vêem-se envolvidas em várias atividades de arrecadação de fundos para a construção de igrejas, escolas e clínicas no Haiti. A igreja católica tem tido uma ação política mais direta junto aos padres haitianos, que fomentam, nos paroquianos, na sua maioria mulheres, uma preocupação com a nação haitiana. Yvette, que vai à missa regularmente, encontra ali sustentação para seu nacionalismo a longa distância.

AS CONTRADIÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO TRANSNACIONAL

Ao tempo em que a relação que transmigrantes como Yvette mantêm com o Haiti os enreda num sistema de *status* e numa estrutura de classe que gera e mantém a diferença e a desigualdade de gênero, contribuindo para uma forma patriarcal de nacionalismo, os vínculos transnacionais também engajam as haitianas em projetos nacionalistas que, simultaneamente, desafiam as hierarquias de classe e gênero. Em primeiro lugar, mulheres como Yvette são investidas do poder de desempenharem papéis significativos de autoridade nas famílias rurais e urbanas. Esse poder, dentro da família, desafia os pressupostos de hierarquia de gênero em relação à autoridade natural dos homens e ao direito de falar em nome da família. Além disso, se mulheres como Yvette, através de sua “tarefa familiar” transnacional, participam diretamente no processo de reprodução social que recria a hierarquia de gênero para além das fronteiras, fazem, ao mesmo tempo, uso de uma linguagem de nação, que desafia não apenas as hierarquias de gênero,

mas também a estrutura de classe do Haiti e a hierarquia de poder que marca a relação entre os Estados Unidos e o Haiti.¹¹ Uma vez que os projetos de construção do Estado-nação incluem e excluem mulheres da linguagem da nação, as bases sobre as quais as desigualdades de patriarcado nacional são construídas são sempre conturbadas. O terreno transnacional, dentro do qual essas mulheres vivem, contribui para a sua capacidade de começar a forjar novas direções para sua energia política, apesar de declararem seus objetivos dentro de uma linguagem de nação. O nacionalismo, incluindo o de longa distância, é um significante flutuante. A mesma retórica pode ser utilizada para mobilizar indivíduos com objetivos políticos diametralmente divergentes. Em 1980, iniciou-se um novo objetivo político haitiano, que continha em si as demandas de poder para as mulheres, e se construía a partir da experiência política de haitianas ao longo das primeiras décadas de migração. As haitianas que se fixaram nos Estados Unidos nos anos sessenta depararam-se com um movimento emergente de luta pelos direitos civis, que exigia do governo proteção para os direitos dos cidadãos de cor. Encontraram e participaram, também, de um movimento feminista re-emergente, que reclamava proteção do Estado, e uma nova esquerda engajada em lutas internacionais pela liberação. Mesmo antes que a emenda à constituição dos Estados Unidos pela igualdade de Direitos Civis tivesse sido aprovada, a luta por ela popularizou a idéia de que o governo deveria conceder, às mulheres, direitos iguais de emprego, salário e condições de trabalho. As leis e atos que permitiam ao governo intervir com mais vigor em casos de violência doméstica e que proibiam o assédio sexual foram aprovados e popularizados. Enquanto isso, as Nações Unidas divulgavam as questões dos direitos das mulheres em todo o mundo, e começaram a promover conferências internacionais sobre o *status* das mulheres. Ademais, as imigrantes haitianas aprenderam que, nos Estados Uni-

¹¹ Michaela di Leonardo desenvolve o conceito de “tarefa familiar” em seu livro, *The varieties of ethnic experience: kinship, class, and gender among Californian Italian-Americans*.

dos, as mulheres são em geral ativistas na comunidade local em defesa das crianças, nas associações de pais e mestres e nas associações de bairro. Descobriram, também, que, nos Estados Unidos, na medida em que um número crescente de mulheres começava a trabalhar, iniciavam-se os debates que desafiavam os padrões patriarcais da família e as responsabilidades domésticas.¹²

Essas várias experiências contribuíram para o surgimento de um movimento transnacional de mulheres haitianas na década de 80.¹³ A princípio, as ativistas eram predominantemente intelectuais que viviam em Nova Iorque e Montreal. Muitas eram oriundas do movimento anti-Duvalier, mas continuaram a se organizar em torno de questões femininas no Haiti e da diáspora haitiana. Nesses esforços, ganharam nova força e inspiração, na medida em que as raízes do movimento se fortaleciam no Haiti. Esse movimento teve suas raízes transnacionais próprias, com idéias de inserção dos direitos das mulheres no poder político, a partir do contexto de vários projetos de desenvolvimento local apoiados por um grande número de instituições não-governamentais religiosas e filantrópicas.

Às feministas haitianas juntaram-se mulheres pobres e de classe-média no Haiti e nos Estados Unidos, que participavam, em grande número, nas organizações fundadoras transnacionais, desde igrejas

¹² Vide a descrição de Perrette Hondagneu-Sotelo de um “processo de imigração e fixação” entre imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, em seu livro *Gendered Transitions* (1994, p. 98-147).

¹³ Um relatório intitulado “*Haitian women in diaspora*”, publicado em 1986, reflete a atmosfera dos anos 80 e as múltiplas influências que delinearão o nacionalismo a longa distância das mulheres haitianas, e que falava diretamente de justiça social. O relatório foi preparado por um comitê de mulheres haitianas, que se uniram como parte da preparação para a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Status das Mulheres em Nairobi, em 1985. As mulheres falaram da situação das haitianas na diáspora e no Haiti. E não viam os problemas das mulheres como algo separado das lutas por mudanças profundas na sociedade haitiana. O prefácio declara que “o texto que aqui publicamos reflete a dualidade de nossa experiência. Ao mesmo tempo em que nosso principal objetivo é expor nossos problemas como mulheres, também procuramos endereçar esse problema à sociedade haitiana... Temos um país para reconstruir. Problemas graves de desemprego, analfabetismo, saúde e sanitário, para citar apenas alguns, que precisam de solução.” (Comitê Decenal *ad hoc* de Mulheres Haitianas, 1986, p. 1)

até clínicas médicas. Nesses contextos, as mulheres às vezes obtêm prestígio e posições de liderança por suas atividades e destroem os antigos valores e modelos patriarcais. Enquanto isso, muitas transmigrantes que obtiveram educação e *status* profissional no exterior encontram emprego no Haiti ou em escolas, clínicas, empresas e escritórios. Ao tempo em que as mulheres da classe mais favorecida conseguiram educar-se e, no século XX, abraçaram carreiras, o crescimento de um número significativo de mulheres profissionais oriundas da classe média alimentou um novo tipo de ativismo político. Algumas dessas mulheres ingressaram no processo político, participando da política tradicional ou de movimentos feministas internacionais.

A força do movimento transnacional de mulheres tornou-se evidente em 1986, quando milhares delas saíram em passeata pelas ruas de Port-au-Prince em passeata em favor de mudanças políticas. Essa demonstração uniu mulheres feirantes e transmigrantes de boa formação acadêmica, exigindo não apenas uma nova liderança política, mas também redistribuição de renda e poder. As ramificações dessa passeata e a crescente participação de mulheres transmigrantes oriundas de todas as classes levaram o governo de Aristide, que assumiu o poder após de 1991, a criar o Ministério da Condição Feminina. Esse Ministério recebeu pouca verba, o que tornou seu efeito, em termos pragmáticos, mínimo. Quando os pesquisadores entrevistaram a Ministra e seus funcionários, em 1995, o pessoal com quem falaram era constituído basicamente de mulheres educadas no exterior, que não haviam tomado parte nas organizações femininas de base no Haiti. No entanto, estavam ligadas a entidades internacionais de mulheres e haviam participado da Conferência de Mulheres em Pequim, em 1996. A criação de um Ministério responsável por questões referentes à desigualdade de gênero, localizado em um prédio onde anteriormente funcionava o comando militar do Haiti, indicava um reconhecimento formal da reconfiguração da posição das mulheres no Haiti no contexto da migração transnacional. Apesar de ter mudado o perfil nas

lutas das mulheres pelo poder no Haiti, serviu mais como símbolo do que propriamente como força política. Uma vez que lutas pelo poder surgiram entre as forças de Aristide e outros haitianos rebeldes, o objetivo de investir as mulheres de autoridade foi deixado de lado pelos líderes políticos masculinos.

Entretanto, na zona rural, os esforços para se organizar um movimento de base, centrado num entendimento alternativo sobre o que constitui uma nação, continuava.¹⁴ Esse movimento atraiu dezenas de milhares de mulheres. Muitas se sentiram desmotivadas diante das ações de líderes políticos e organizações não-governamentais que faziam uso da política objetivando o lucro (Smith, 1998). Entretanto, muitos grupos locais continuaram a funcionar, introduzindo seu entendimento próprio de nação no nível local, organizando e utilizando os cantos e palavras de ordem do movimento de base para, através da retórica nacionalista, incutir o compromisso com a justiça social. As letras das músicas cantadas nos encontros de organizações de mulheres na zona rural articulam e promovem essa forma de política. Têm forte conteúdo nacionalista, exigem respeito e igualdade para o Haiti no cenário internacional e inserem as questões de justiça social no âmago da luta (Smith, 1998).

O Hino Nacional das Mulheres Haitianas (*Im Nasyonan Fanm Ayisyen*), por exemplo, declara o velho desejo dos haitianos de angariar respeito pela nação:

Não deixemos que a visão dos nossos antepassados seja esquecida
O Haiti é nosso, não poderemos permanecer envolvidos
Se formos liberados, será uma vitória e uma vitória de todos nós.

Observamos essa concepção durante a pesquisa, em 1996, no Haiti, no conjunto das respostas típicas de jovens mulheres. Uma moça de dezenove anos, Helen, magra e cheia de energia, havia sido criada durante a fase de fortalecimento do movimento de base e dos

¹⁴ Vide, por exemplo, Smith, *Answering the Lambi*, que discute o movimento de base na zona rural do Haiti e seu objetivo de luta por justiça social.

esforços dos militares haitianos em reprimi-lo. O pai de Helen era agricultor, a mãe vendia carne no mercado, e uma irmã mais velha vivia nos Estados Unidos, de onde mandava dinheiro para ajudar a sustentar a casa que deixara no Haiti. Helen respondeu prontamente, quando perguntada “O que é um haitiano?”:

Um haitiano é um indivíduo que luta pelo Haiti, que ama seus irmãos e irmãs que vivem no Haiti, que ama a bandeira, que ama a cultura, modo de vida, crenças, potencial. Um indivíduo que vive no exterior por muito tempo é um haitiano. Até mesmo se você se naturalizar (um americano), mantém o sangue haitiano. A única forma de deixar de ser haitiano é deixar que lhe cortem a carne e lhe tirem todo o sangue.

Enquanto o nacionalismo de Helen, que abraça a diáspora haitiana, utiliza muita da mesma retórica que sustentou a hierarquia patriarcal e de gênero no Haiti, ela e muitos outros, que contribuíram para o movimento de base, aprenderam a usar a linguagem da nação para expressar uma outra visão social. Foi uma visão com a qual o Haiti foi reconstruído, para que houvesse justiça, prosperidade e segurança, para que a gente pobre do país pudesse viver com “dignidade e respeito”.

CONCLUSÃO

Para teorizar a relação entre constituição de gênero, Estado-nação e migração transnacional, temos de examinar a natureza dos campos sociais transnacionais, tais como os estabelecidos por Annan e Yvette, as relações sociais a partir das quais esses campos são construídos e sua ligação com ideologias mais amplas de família, nação, sangue e associação. A substância diária das vidas de mulheres e de homens é o material com o qual o nacionalismo haitiano é construído dentro dos campos transnacionais das relações.

As relações familiares que cruzam as fronteiras nacionais podem ser legitimadas e podem servir para reforçar os valores que ligam a família à nação. Ao invés de tomarem parte de uma atividade política explícita, as mulheres podem, muitas vezes, engajar-se em políticas

passionais nos domínios das atividades domésticas e dos ritos familiares de passagem, como casamentos, funerais, nascimentos e formaturas. Portanto, as identificações políticas de transmigrantes não são imagens sentimentais abstratas; estão enraizadas nas estruturas transnacionais de sentimento estabelecidas por homens e mulheres como parte de suas atividades do dia-a-dia. Através de suas “tarefas transnacionais de família”, mulheres como Yvette podem participar diretamente nos processos de reprodução social que estão nos alicerces da construção dos Estados transnacionais. Por outro lado, a liderança política desses Estados pode projetar uma ideologia de família que mantém as desigualdades de gênero e a autoridade patriarcal.

Ao mesmo tempo, devido ao fato de que projetos de construção de Estado-nação incluem e excluem as mulheres da linguagem da nação, os alicerces de gênero sobre os quais se apoiam as desigualdades do estado apresentam-se sempre conturbados. Pelo fato de os campos sociais transnacionais se estenderem a dois ou mais Estados-nação, e os indivíduos localizados nesses campos ocuparem posição em mais de um projeto nacional, as contradições, sobre as quais a luta é construída, são imensas.

* * *

Agradecimentos: Este artigo dá continuidade a uma análise desenvolvida em conjunto com Linda Basch e Cristina Szanton Blanc, a quem somos gratas pela contribuição tanto do paradigma transnacional sobre migração como da análise da importância do *status* social dentro das redes femininas transnacionais (Basch, Glick Schiller, Szanton Blanc, 1994). O artigo é parte de um projeto de livro que acabamos de concluir com George Fouron, e muitas das conclusões acerca das pressões contraditórias sobre as mulheres haitianas são de sua autoria. O trabalho sobre o Haiti também se deve ao esforço de Carolle Charles e Marie Lucie Brutus. Também queremos agradecer

Patricia Pessar, Sarah Mahler e Maxime Margolis pelo estímulo em desenvolver este artigo, os participantes da Conferência sobre gênero e transnacionalismo patrocinada pelo Centro de Humanidades da Universidade Estadual de Santa Bárbara, em junho de 1998, e pela Universidade de Yale em fevereiro de 1994, por nos fornecer o estímulo intelectual para fazê-lo. O financiamento da pesquisa veio da Wenner-Gren Foundation, da Mellon Foundation, da Rockefeller Foundation e de uma Vice-Reitora para Programas de Pesquisa na U.N.H.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Ana Maria. The politics of space, time and substance: state formation, nationalism, and ethnicity. **Annual Review of Anthropology**. [s.l.], n. 23, p.379-405, 1994.
- ANDERSON, Benedict. The new world disorder. **New Left Review**. [s.l.], n. 193, p. 2-13, may/june, 1993.
- APPADURAI, Arjun. Patriotism and futures. **Public Culture**. [s.l.], v. 5 n. 3, p. 411-29, 1993.
- BARNES, J.A. Class and committees in the Norwegian Island Parish. **Human Relations**. [s.l.], n. 7, p. 39-58, 1954.
- BROWN, Karen. **Mama Lola: a voodoo priestess in Brooklyn**. Berkeley: University of California, 1991.
- CAROLLE, Charles. Gender and politics in contemporary Haiti: the Duvalierist state, transnationalism, and the emergence of a new feminism (1980-1990). **Feminist Studies**. [s.l.], n. 21, p. 8, 1995. (impressão eletrônica).
- CINEL, Dino. **From Italy to San Francisco: the immigrant experience**. Stanford: Stanford University, 1982.
- DECONDE, Alexander. **Ethnicity, race and American foreign policy: a history**. Boston: Northeastern University, 1992.
- DEWIND, Josh. **The remittances of Haitian immigrants in New York City**. Relatório final não publicado preparado para o Citibank. [s.l.], (nos arquivos do autor) 1987.
- DI LEONARDO, Michaela. **The varieties of ethnic experience: kinship, class and gender among Californian Italian-Americans**. Ithaca: Cornell University, 1984.
- DUANY, Jorge. **Blurred frontiers: the socioeconomic impacts of transnational migration on the Hispanic Caribbean and the United States** (manuscrito não publicado nos arquivos de Nina Glick Schiller), s.d.

ESPIRITU, Yen Le. **Asian American women and men: labor, laws and love**. Thousand Oaks: Sage, 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Multiple layers of time and space: the construction of class, race, ethnicity and nationalism among Portuguese immigrants. In: GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. (Ed.) **Towards a transnational perspective on migration**. New York: New York Academy of Sciences, 1992.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **The state, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization**. Trabalho preparado para o Wenner-Gren Symposium no. 117, Transnationalism, Nation-State Building and Culture, Junho 14-22. Mijas, 1994.

FOURON, George; GLICK SCHILLER, Nina. Haitian identities at the juncture between diaspora and homeland. In: PESSAR, Patricia (Ed.) **Caribbean circuits**. Staten Island. Center for Migration Studies, 1997.

GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda, SZANTON BLANC, Cristina. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON-BLANK C. (Eds.) **Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered**. New York: New York Academy of Sciences, 1992. p. 1-24.

GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, George. **George woke up laughing: long distance nationalism and the apparent state**. No prelo.

GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, George. **Terrains of blood and nation: Haitian transnational social fields**. Ethnic and racial studies, 1999. p. 340-366.

GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, George. Transnational lives and national identities: the identity politics of Haitian immigrants. In: SMITH, Michael Peter; GUARNIZO, Luis (Eds.). **Transnationalism from below: special issue of comparative urban and community research**. [s.l.], 1998, p. 130-161.

GLICK SCHILLER, Nina. Citizens in transnational nation-states. In: OLDS, Kris et al (Eds.). **Globalization and the Asia-Pacific: contested territories**. London: Routledge, 1999a., p. 1-15.

GLICK SCHILLER, Nina. Transmigrants and nation-states: something old and something new in the U.S. immigrant experience. In: DE WIND, J.; KASINITZ, P.; HIRSCHMAN, C. (Eds.). **Handbook of international migration...** New York: Sage, 1999b.

GILROY, Paul. **The black Atlantic: modernity and double consciousness**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

GRAHM, Pamela. Nationality and political participation in the transnational context of Dominican migration. In: PESSAR, Patricia (Ed.). **Caribbean Circuits: transnational approaches to migration**. Staten Island: Center for Migration Studies, 1997.

GUARNIZO, Luis Eduardo. The emergence of a transnational social formation and the mirage of return migration among Dominican transmigrants. **Identities: Global Studies in Culture and Power**. [s.l.], v. 4, n. 2, p. 281-322, 1997a.

- GUARNIZO, Luis Eduardo. The rise of transnation social formations: Mexican and Dominican state responses to transnational migration. **Political Power and Social Theory**, [s.l.], n. 12, p. 45-94, 1997b.
- GUARNIZO, Luis, SMITH, Michael Peter. The locations of transnationalism. In: SMITH, Michael Peter; GUARNIZO, Luis (Eds.). **Transnationalism from below**: special issue of comparative urban and community research. [s.l.], 1998, p. 3-34.
- HAITIAN Women *ad hoc* Committee for the Decade. In: **Haitian women in diaspora**. Montreal, Quebec: Centre International de Documentation et d'Information Haitienne Caribeenne et Afro-Canadienne, 1986.
- HANDLIN, Oscar. **The uprooted**. 2. ed. Boston: Little, Brown, 1973.
- HERZFELD, Michael. **The social production of indifference**: exploring the symbolic roots of western bureaucracy. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- HONDAGNEU-SOTELO, Pierette. **Gendered transitions**: Mexican experiences of immigration. Berkeley: University of California Press, 1994.
- JOSEPH, Suad. The public/private – The imagined boundary in the imagined nation/state/community: the Lebanese case. **Feminist Review**. [s.l.], n. 57, p. 73-92, 1997.
- KEARNEY, Michael. Borders and boundaries of the state and self at the end of empire. **Journal of Historical Sociology**. [s.l.], v. 4, n. 1, p. 52-74, 1991.
- LOWE, Lisa. **Immigrant acts**: on Asian American cultural politics. Durham: Duke University, 1996.
- MAHLER, Sarah. Engendering transnational migration: a case study of Salvadorans. **American Behavioral Science**, 1999.
- MAHLER, Sarah. A theoretical and empirical contribution toward a research agenda for transnationalism. In: SMITH, Michael Peter; GUARNIZO, Luis Eduardo (Eds.). **Transnationalism from below**. New Brunswick: Transaction Press, 1998. p. 64-100.
- MITCHELL, J.Clyde (Ed). **Social networks in urban situations**. Manchester: University of Manchester Press, 1969.
- NOBLE, Mary. Social network: its use as a conceptual framework in family analysis. In: BOISSEVAIN, Jeremy; MITCHELL, J. Clyde (Eds.). **Network analysis in human interaction**. The Hague: Mouton, 1973. p. 1-13.
- MORAWSKA, Ewa. **On new-old transmigrations and transnationalism qua ethnicization**. Social Science Research Council Workshop on “Immigrants, Civic Culture, and Modes of Political Incorporation: a contemporary and historical comparison”. Santa Fe:May, 1997.
- MORAWSKA, Ewa. Labor migrations of poles in the Atlantic world economy, 1880-1914. **Comparative Study of Society and History**. [s.l.], v. 31, n. 2, p. 237-270, 1989.
- MORAWSKA, Ewa. Sociological ambivalence: the case of Eastern European peasant-immigrant workers in America, 1980s-1930s. **Qualitative Sociology**. [s.l.], v. 10, n. 3, p. 225-250, 1987.

- MURRAY, David. Homosexuality, society and the state. **Identities: Global Studies in Culture and Power**. [s.l.], v. 2, n. 3, p. 249-272, 1996.
- ONG, Aiwha. **Flexible citizenship**. New York: Routledge, 1999.
- PETERSON, V.Spike. The politics of identification in the context of globalization. **Women's Studies International Forum**. [s.l.], v. 19, n. 1-2, p. 5-15, s.d.
- PESSAR, Patricia. **The role of gender, households and social networks in the migration process: a review and appraisal**, 1998.
- RAPHAEL, Vincent. Mimetic subjects: engendering race at the edge of empire. **Differences**. [s.l.], v. 7, n. 2, p. 127-149, 1995.
- RIDGEWAY, James (Ed.). **The Haiti files: decoding the crisis**. Washington D.C.: Essential Books, 1994.
- ROUSE, Roger. Mexican migration and the social space of postmodernism. **Diaspora 1** (Spring): 8-23, 1991.
- ROUSE, Roger. Making sense of settlement: class transformation, cultural struggle and transnationalism among Mexican migrants in the United States. In: GLICK, Nina Schiller; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina (Eds.). **Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered**. New York: New York Academy of Sciences, 1992. p. 25-52.
- SMITH, Jennie Marcelle. **Answering the lambi: social critique and collective action in rural Haiti**. PhD Dissertation. UNC: Chapel Hill, 1998.
- SMITH, Robert. Transnational localities: community, technology and the politics of membership within the context of Mexico-US migration. In: SMITY, Michael Peter; GUARNIZO, Luis (Eds.). **Transnationalism from below**. New Brunswick: Transaction Press, 1998. p. 196-240.
- SMITH, Robert. Transnational migration, assimilation and political community. In: CRAHAN, Margaret; BUSH, Alberto Vourvoulis (Eds.). **The city and the world**. New York: Council on Foreign Relations, 1997.
- STEPICK, Alex. **Pride against prejudice: Haitians in the United States**. Boston: Allyn and Bacon, 1998.
- WYMAN, Mark. **Round-trip to America: the immigrants return to Europe, 1880-1930**. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- YALNAGISAKO, Sylvia; DELANEY, Carol. Naturalizing power. In. **NATURALIZING Power: Essays in Feminist Cultural Analysis**. New York: Routledge, 1995.
- YUVAL-DAVIS, Nira. Gender and nation. **Ethnic and Racial Studies**. [s.l.], v. 16, n. 4, p. 621-632, 1993.
- YUVAL-DAVIS, Nira. Women and the biological reproduction of the nation. **Women's Studies International Forum**. [s.l.], v. 19, n. 1-2, p. 17-24, 1996.